

CEST: MISSÃO E VISÃO

Missão	<i>Promover educação superior de excelência, formando profissionais competentes e éticos, cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade e com o segmento das pessoas com deficiência, conscientes de sua função transformadora.</i>
Visão	<i>Ser referência regional em educação superior, reconhecida pela excelência de sua atuação e compromisso social.</i>

DADOS DA DISCIPLINA

CÓDIGO	NOME	CH GLOBAL	PERÍODO
0402	DIREITO INTERNACIONAL	80h	10º

EMENTA

Direito Internacional Público: desenvolvimento histórico, princípios, conceitos e sujeitos. Organizações internacionais. O Homem e a humanidade. Costumes. Tratados. Direitos humanos. Normas de Direito Internacional Público: conflitos de normas. Responsabilidade internacional. Jurisdição do Estado. Domínio público internacional. Solução de conflitos internacionais: doutrina e jurisprudência. Estatuto do estrangeiro. Conflitos interestaduais. Direito Internacional e integração. União Européia e Mercosul. Direito Internacional Privado: desenvolvimento histórico, princípios e conceitos. Questões de Direito Processual Civil Internacional. Direito Comunitário e da Integração. Direito Comunitário Comparado. Teoria jurídica dos mercados comuns. Harmonização dos direitos internos e supranacionalidade.

OBJETIVOS

GERAL:

Compreender as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, identificando os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço de acordo com a literatura e a jurisprudência mais recente.

ESPECÍFICOS:

Entender as diretrizes para utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal.

Destacar as funções e competência de nosso país na ordem jurídica internacional.

Discutir problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes.

Desenvolver uma visão crítica dos principais temas relacionados ao Direito Internacional Privado na atualidade.

Analisar os novos problemas relacionados com direito processual internacional, contratos internacionais e arbitragem internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Introdução - Preliminares

- 1.1 Iniciação bibliográfica
- 1.2 Sociedade e Comunidade Internacional
- 1.3 Especificidade
- 1.4 Denominação e Definição

UNIDADE II - Perspectiva Histórica

- 2.1 Observações prévias
- 2.2 Surgimento da Disciplina Autônoma

UNIDADE III - Sujeitos, Classificação e Fundamento do Direito Internacional Público

- 3.1 Classificação do Direito Internacional Público
- 3.2 Sujeitos de Direito Internacional Público
- 3.3 Fundamento de Direito Internacional Público

UNIDADE IV - Elaboração do Direito Internacional Público: Atos Jurídicos e Fontes

- 4.1 O Comportamento dos Estados
- 4.2 Atos Jurídicos Internacionais
- 4.3 Fontes do Direito Internacional Público
- 4.4 Atos Jurídicos Estatais Unilaterais

UNIDADE V - Tratados Internacionais

- 5.1 Preliminares
- 5.2 Classificação

- 5.3 Processo de Conclusão
- 5.4 Condições de Validade
- 5.5 Entrada em Vigor, Efeitos, Revisão e Término
- 5.6 Reserva
- 5.7 Interpretação

UNIDADE VI - Demais Fontes

- 6.1 Costume Internacional
- 6.2 Princípios Gerais de Direito
- 6.3 Fontes Subsidiárias: Decisões Judiciais e Doutrinas
- 6.4 Fonte Complementar: Equidade
- 6.5 Fonte Derivada: Atos Emanados de Organizações Internacionais

UNIDADE VII - Codificação

- 7.1 Codificação do Direito Internacional
- 7.2 Direito Interno e Direito Internacional
- 7.3 Relações entre Direito Interno e Direito Internacional
- 7.4 Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Ordinárias
- 7.5 Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Constitucionais
- 7.6 Sanções sobre Conflitos internacionais (guerra e paz)

UNIDADE VIII - Introdução ao Direito Internacional Privado

- 8.1 Jurisdição Internacional
- 8.2 Competência Internacional: conceitos e princípios básicos
- 8.3 Competência internacional no direito brasileiro;
- 8.4 Imunidades de jurisdição
- 8.5 Aplicação do Direito Estrangeiro
- 8.6 Cooperação Interjurisdicional: Cartas Rogatórias; Homologação de Sentenças Estrangeira; Produção de Provas e Demais Atos Processuais; Medidas Cautelares; Direito Processual no Mercosul
- 8.7 Contratos Internacionais: Noções Introdutórias; DIPr e Contratos Internacionais; Princípios dos Contratos Internacionais; Arbitragem internacional
- 8.8 Situação jurídica do estrangeiro e Direito de Família no âmbito internacional

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS PREVISTOS

Exposição dialogada; Debates; Discussão de vídeos; Leitura e discussão de textos; Seminários; Trabalhos individuais e em grupos.

TRABALHOS DISCENTES EFETIVOS – TDE's

Leitura e resumo de artigo e texto, para produção textual em sala
Discussões temáticas e trabalhos em grupo

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco; Retroprojeto; Data-show;
Documentação escrita (legislação, jornais e revistas).

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação tem caráter processual e diagnóstico, objetivando o acompanhamento do desempenho do aluno no decorrer da disciplina, para tanto, devem ser considerados aspectos qualitativos como a participação ativa nas aulas e atividades acadêmicas, o relacionamento aluno-professor e aluno-aluno, a cooperação, a competência fundamentada na segurança dos conhecimentos adquiridos, a autonomia para aprofundar os conhecimentos, a pontualidade, o cumprimento de prazos na entrega de trabalhos, dentre outros.

Cotidianamente, a cada aula, a avaliação ocorrerá com base em procedimentos como: discussão de temas relacionados aos conteúdos; exercícios escritos; produção textual; estudo dirigido, estudo de casos, análises de peças jurídicas etc.

Além dos aspectos qualitativos, serão observados os critérios objetivos regimentais:

a) frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina;

b) três notas parciais (uma por mês, a cada 1/3 do conteúdo trabalhado, cumulativamente ou não) que serão compostas da seguinte forma:

- avaliação escrita individual com peso de 100% quando admitir, em seu conteúdo, questões referentes ao texto acadêmico;

- avaliações escritas individuais na proporção mínima de 70%, quando associadas a atividades acadêmicas individuais, cuja proporção será de até 30% para a composição da nota.

Estão previstas como atividades acadêmicas:

a) leitura e interpretação do artigo científico que subsidiarão uma produção textual a ser feita pelo aluno, individualmente, em sala de aula, a partir de um tema ou questionamentos propostos pelo professor, com base no artigo indicado; essa produção terá peso de 20% ou 30% na composição da nota da 2ª ou 3ª avaliação, conforme correlação entre artigo e conteúdo trabalhado;

b) outras atividades que se fizerem necessárias de acordo com a complexidade dos conteúdos.

Em consonância às normas institucionais, não obtendo média para aprovação a partir das três notas parciais, o discente automaticamente estará inscrito para realizar a prova substitutiva e, caso ainda não seja aprovado, mas tendo alcançado a média 4,0 (quatro), se submeterá à prova final.

ARTIGO CIENTÍFICO E TEXTO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS

- Artigo científico
- Texto acadêmico .

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ACCIOLY, H.; GERALDO, E. do N. e S. **Manual de direito internacional público**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

AMORIM, E. C. de. **Direito internacional privado**. 13. ed. São Paulo: Forense, 2014.

REZEK, J. F. **Direito internacional público: curso elementar**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

ARAÚJO, N. de. **Contratos internacionais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GUERRA, S. **Direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Freitas Bastos editora, 2012.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de direito internacional público**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MELLO, C. D. A. **Direito internacional público**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

RECHSTEINER, B. W. **Direito internacional privado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.